

## **A ‘ditadura do local de nascimento’ ou ‘só podia ser paranaense’: migração e preconceito em Jaraguá do Sul/SC.**

ANCELMO SCHÖRNER\*

Entre os anos 1960 e 1980, a industrialização de Jaraguá do Sul/SC foi intensificada, aumentando o setor de serviços e oportunidades de trabalho, passando a representar o lugar da realização do sonho urbano da geração de empregos e de ‘oportunidades econômicas’ para trabalhadores rurais de várias regiões do Estado de Santa Catarina e de Estados vizinhos, tais como o Paraná.

O êxodo rural contribuiu significativamente para o aumento do volume populacional da cidade, em razão da maior oferta de serviços e perspectivas de emprego para as populações rurais. Este desenvolvimento aumentou a oferta de empregos, atraindo um grande número de trabalhadores sem especialização e, em menor quantidade, profissionais especializados oriundos principalmente do Oeste de Santa Catarina, do Paraná (antes disso as empresas buscaram mão-de-obra na área rural de Jaraguá do Sul e em cidades vizinhas como Schroeder, Guaramirim e Corupá) e do Rio Grande do Sul, que começaram a chegar na cidade a partir dos anos 1970, com maior intensidade nos anos 1990.

Para muitos, a migração podia significar a possibilidade de conseguir melhores condições de trabalho, o acesso aos bens de consumo, ao maior conforto, à educação e à assistência médica. Em Jaraguá do Sul a maioria desses migrantes havia comprou um terreno que se localizava em loteamentos sem a infra-estrutura exigida pelos códigos municipais. Além disso, quase sempre, construía suas casas sem aprovar a planta na prefeitura, já que geralmente não podiam arcar com o custo que isso envolvia.

Estes migrantes deixaram a terra, as fazendas, os sítios, os patrões, as madeiras, sua cultura, e buscaram, dentre muitos lugares no espaço urbano de Jaraguá

---

\* Professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná/UNICENTRO, campus de Irati. Doutor em História, Pós-doutor em Desenvolvimento Regional e Pós-doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC/SP, sob supervisão da Professora Doutora Maura Pardini Bicudo Vêras com o projeto de pesquisa Migrantes e loteamentos irregulares em Jaraguá do (SC): territórios da exclusão – o caso do Loteamento Souza. O mesmo conta com bolsa do CNPQ.

do Sul, uma vida melhor para si e suas famílias no Loteamento Souza<sup>1</sup>, parte de sua extensa periferia, seja geográfica, econômica e social. Nesta imensa periferia verifica-se a insuficiência de serviços públicos; grande contingente populacional de baixa renda; construção de moradias através da autoconstrução; ocupação de áreas verdes ou de risco; clientelização política dessas populações. Esta população, sem origem alemã, tornou-se ‘socialmente invisível’, isto é, com dificuldades de se identificar com a construção imaginária do desenvolvimento urbano, ao mesmo tempo em que é culpabilizada pelos problemas econômicos e sociais pelos quais passaram e passam a cidade.

Para Vêras (2003:36 e 284), a migração é um *fato social completo*, ou seja, o itinerário do imigrante é também caminho epistemológico que nos oportuniza falar da sociedade como um todo e abrangendo aspectos físico-espaciais, econômicos, socioculturais, políticos, antropológicos e psicológicos, e entre as mais significativas características do processo migratório constam aquelas ligadas à ‘recepção’ do estrangeiro e às suas condições de adaptação à cidade, sua habitação, seu território. De fato, a inserção no espaço urbano carrega componentes econômico-sociais, mas também o simbólico e o imaginário.

Em meados da década de 1990 o apontamento dos culpados pela ocupação desordenada do município era mais direto, uma vez que “com o aumento das indústrias, Jaraguá do Sul está enfrentando o problema da migração. Pessoas de outros Estados vêm à procura de emprego e deparam-se com a falta de moradia. Muitos, desesperados, constroem suas casas em lugares inadequados, como as encostas dos morros. Aumentam desta maneira o número de loteamentos clandestinos na cidade” (Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, 2001:5).

---

<sup>1</sup> O Loteamento Souza é um loteamento irregular localizado no bairro Três Rios do Norte. No segundo semestre de 2010 aplicamos um questionário para 60 famílias do loteamento, das quais 32 tinham vindo do Paraná entre 1976 e 2002, sendo que o maior número (21 famílias) chegou entre 1984 e 1997. Outras 13 famílias eram de Santa Catarina, com exceção de Jaraguá do Sul, e chegaram entre 1987 e 2001. Famílias de Jaraguá do Sul somam 12 e foram morar no loteamento durante a década de 1990. Três famílias são de outros Estados. Neste texto não falaremos especificamente do Loteamento Souza, uma vez que a pesquisa está em andamento e as entrevistas não foram feitas. Nos centraremos na questões relativas à constituição e consolidação da periferia de Jaraguá do Sul através do processo migratório e dos conflitos originários do mesmo.

Assim, nos anos 1990, os loteamentos (clandestinos ou irregulares) eram cenários privilegiados da visualização das condições de vida a que estavam sujeitas as pessoas que chegavam à cidade, pois muitos moravam em lotes vendidos a preços que podiam ser considerados econômicos, em condições muitas vezes tentadoras, porém sem nenhuma infra-estrutura e garantia.

Em 1995 toda a periferia de Jaraguá do Sul contava com algum foco de irregularidade urbana, tanto que no final dos anos 1990 a cidade possuía cerca de 140 loteamentos irregulares, que somavam 3.410 lotes. Em relação aos loteamentos regulares, na década de 1990 foram implantados 101 loteamentos que somavam cerca de 5.900 lotes. (Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, 1999). A expressão ‘regular’ não significa, necessariamente, que todas as exigências em relação à lei tinham sido cumpridas, mas sim que o loteador tinha feito tramitar a documentação exigida pela municipalidade e esta aprovou a venda. Ressalta-se, porém, que em muitos deles faltava áreas de uso público especial, a drenagem das águas pluviais; a preservação das quadras e dos logradouros públicos de processos erosivos; a trafegabilidade das vias, com tratamento adequado; o abastecimento de água e energia elétrica e o esgotamento e tratamento das águas servidas, situações que os próprios moradores iam resolvendo ao longo do tempo.

O crescimento da cidade deu maior visibilidade às suas contradições e conflitos, tornando claro o distanciamento entre um imaginário homogêneo, onde prevalece um ideal de trabalho, ordem e harmonia, e o real, marcado pela divisão social, econômica e cultural. Assim, chocam-se frontalmente os epítetos da cidade ordeira e progressista com a pobreza e as desigualdades sociais dos morros, dos bairros periféricos. A migração transformou Jaraguá do Sul num lugar menos previsível. Os migrantes são os portadores e concretos de um padrão de transformações, diversificações e perdas pelas quais passou a cidade com o aumento da população. Nessa sociedade, pretensamente homogênea, o migrante é um excelente bode expiatório para as perdas de referência da cidade branca, alemã, asséptica, ordeira e pacata.

A migração provocou não apenas a ocupação da periferia, o crescimento populacional e uma nova distribuição demográfica, e mudanças significativas nas feições germânicas de Jaraguá do Sul. Mas, principalmente, ela trouxe e deu a conhecer

o ‘outro’. Ela abriu como que uma ferida narcísica em uma cidade que até então se orgulhava de sua colonização e cultura germânicas. Os problemas objetivos – aumento da periferia, déficit habitacional desemprego, deficiências na infra-estrutura urbana – avolumam-se juntamente com aqueles de caráter mais ‘subjetivo’, principalmente a perda das referências. Uma identidade, tida até então como sólida, aos poucos começa a se desmanchar no ar. (GRUNER, 2003:157-158).

As mudanças nos dados populacionais, no perímetro urbano, nas densidades demográficas e nas atividades econômicas não se constituem em meros dados estatísticos; constituem-se em alterações permanentes nas vidas humanas e no espaço geográfico e social. (TEDESCO e DALSO, 1998:7). As cidades, despreparadas para absorver as demandas sociais e de infra-estrutura dessas transformações, ao receber a população marginalizada do campo, segrega-a como intrusa, induzindo-a e forçando-a à submoradia, ao subemprego.

Mesmo tendo em mente que Jaraguá do Sul é um município relativamente homogêneo economicamente, podemos observar, tal como Elias e Scotson (2000), que ele está claramente dividido entre um grupo que se percebe, e que assim pretende ser reconhecido, com o establishment local, e outro conjunto de indivíduos e famílias outsiders. Os primeiros fundam a sua distinção e o seu poder em um princípio de antigüidade, encarnando os valores da tradição e da boa sociedade. Os ‘outros’ vivem estigmatizados por todos os atributos associados com a anomia, como a delinquência, a violência, o preconceito, a exclusão social e econômica.

Mais do que identificar a concentração de estrangeiros em determinados locais, o ‘território’ apreende seu espaço de vida e cidadania. Pode-se perceber um movimento intrínseco ao ‘viver estrangeiro’: a segregação urbana (...). (VÉRAS, 2003:284). Diante disso, o discurso da cidade oficial, ou seja, do ‘nós’, segue a lógica: se são de fora, se vêm roubar o emprego e causar problemas, que fiquem longe do centro, que vão morar em locais sem infra-estrutura, nos morros, na periferia. Mas não é só isso. É preciso deixar claro que eles são migrantes, paranaenses, palavras que usadas insistentemente em tom negativo, começam a tomar a forma de estereótipo. E o estereótipo é irmão do preconceito. O migrante representa sempre o outro, o desconhecido, o diferente e, por isso, não raras vezes é motivo de estranheza, preconceito e rejeição.

A simples presença de migrantes na cidade já denunciava a existência de outra realidade, em oposição a um discurso oficial. Os migrantes aparecem na imprensa geralmente através de expressões tais como ‘maré’, ‘ondas’, ‘vagas’, ‘corrente’, ‘fluxo’, indicando claramente uma imagem ligada à idéia de ameaça, assalto e invasão. Por outro lado, com essa forma ingênua de tratar a questão, esperava-se que tal onda passasse logo, tal como as vagas no mar.

Esses habitantes da cidade real são os produtos indesejáveis do progresso<sup>2</sup>. Aqueles que procuravam associar o desenvolvimento de Jaraguá do Sul à potencialidade de suas indústrias, vitalidade de seu comércio, à sua qualidade de vida, de certa forma não podiam conviver com a exposição, com a grande visibilidade da miséria.

Não é difícil perceber o quanto as imagens do paranaense e do migrante encontram-se profundamente associadas. Um exemplo carregado de negatividade é o das manifestações em jornais, rádios e noticiários policiais culpabilizando os migrantes pelos problemas da cidade, produzindo, acriticamente, um estigma. Os jornais, nos quais os protagonistas foram migrantes, notadamente paranaenses, acabam ressaltando uma imagem negativa do migrante, enquanto preserva idealizado o núcleo de uma identidade jaraguense original. Este tipo de imprensa fala dos migrantes, mas não com os migrantes, pois falar dos ‘outros’ é fácil, difícil é falar com ‘os outros’.

Para Wacquant (2002), criminalizar a pobreza e os ‘outros’ significa tratar a (in)segurança social como se fosse meramente insegurança física e responder às desordens urbanas e conflitos gerados pela pobreza persistente, e à ausência de um futuro viável, com a polícia e o aparato penal do Estado. As demandas por mais policiamento, pela ampliação das penas para delitos leves, por varrer das ruas os indesejáveis, a política da ‘tolerância zero’ e do ‘pulso forte’, expressam um impulso por delegar ao sistema de justiça criminal as conseqüências negativas do desemprego, da fome e da miséria, enfim, da migração. Contudo, mesmo não resolvendo o problema,

---

<sup>2</sup> “Utilizo o termo *indesejáveis* no sentido de que não foram ‘planejados como mercadorias’, muito embora com o *tempo* e em determinados espaços, acabem tomando-se mercadorias. Mercadorias que ‘deterioram’ determinados territórios tornando-os ‘indesejáveis’ para a riqueza e para o poder. Vão desde as que se deslocam no território – alimentos deteriorados, automóveis poluidores – como os fixados no território – casas pobres ou sub-habitação e infra-estrutura precária ou ausência desta, tendo como conseqüência esgotos e lixo a céu aberto, contaminação hídrica e saúde precária”. (RODRIGUES, 1998:78).

é uma retórica exitosa a que torna todo migrante um ‘paranaense’, e o divulga como uma ‘classe naturalmente perigosa’.

Dessa forma, as ‘minorias’ são definidas pelo preconceito e discriminação exercidos pelo grupo dominante. Nas situações de dominação, a imposição de um rótulo pelo grupo dominante possui um verdadeiro poder formativo: o fato de nomear tem o poder de fazer existir na realidade uma coletividade de indivíduos a despeito do que os indivíduos assim nomeados pensam de sua pertença a uma determinada coletividade. (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998:143).

Para Bresciani (1994:9-10, grifos no original), vive-se hoje o temor pelo diferente, pela alteridade (imagens da revolta/resistência, da pobreza/miséria, da *alteridade*. Esses sentimentos contraditórios, profundamente arraigados em preconceitos tão antigos como o relativo ao *demos* na Atenas clássica, foram agravados hoje em dia pelo crescimento físico e populacional desmesurado das grandes cidades: o convívio com a diversidade (étnica, lingüística, cultural) de populações que se acrescentam, configura a perda de identidade dos antigos cidadãos que, em princípio, se auto-representavam pelo modo de falar, por formas de comportamento, pela aceitação tácita de uma determinada hierarquia reconhecível até em sua disposição geográfica, por *uma imagem de sua cidade*, nesse caso branca, alemã e ordeira.

O ‘outro’ genérico, o estranho, nos espaços públicos (rua, trabalho, lazer), é presença física que compele a reações. Na intimidade, o ‘outro’ limita a liberdade, constrange e exige ‘decoro’, pois ele é o ‘não familiar’, mais do que apenas *desconhecido*. Esse é um conceito flexível, a depender de cada situação. À primeira vista, o homem comum está sempre projetando uma imagem de si próprio e procurando fazer que essa imagem seja aceita, em especial zelando por ela diante de estranhos, que causam desconforto quanto a essa imagem. (VÉRAS, 2003:47-48). Ou seja, o **estrangeiro** não é aceito, é no máximo tolerado.

Então quando grafarmos a palavra estrangeiro, fazemo-lo com duplo sentido tanto para designar o imigrante (internacional), quanto o migrante (nacional), ou seja, o diferente, cuja presença supõe uma tensão. O estrangeiro, o estranho, o *diferente é um traço de inquietação social, estranhamente familiar*, pois ele suscita a

*insuportabilidade*. Trata-se de um estranhamento ‘que não é novo ou alheio, mas familiar’, em que o *estranho está em torno de nós, quando não dentro de nós*. No entanto, se esse outro é diferente de nós, nós o rejeitamos, pois desejamos não ‘o ser o igual, mas semelhante a outro’. Estranhamento e familiaridade caminham lado a lado na cidade, onde o (i)migrante é *uma figura paradigmática do estrangeiro*. (KOLTAI, 1994, *apud* VÉRAS, 2003:160, grifos no original).

Para Hall (2003:29-30), possuir uma identidade cultural resultado de uma história teleológica e redentora, que circula de volta à restauração de seu momento original, é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos de ‘tradição’, cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua ‘autenticidade’.

Nenhum local, seja ‘lá’ ou ‘aqui’, em sua autonomia fantasiada ou indiferença, poderia se desenvolver sem levar em consideração seus ‘outros’ significativos e/ou abjetos. A própria noção de uma identidade cultural idêntica a si mesma, autoproduzida e autônoma, tal como a de uma economia auto-suficiente ou de uma comunidade política absolutamente soberana, teve que ser discursivamente construída no ‘outro’ ou através dele, por um sistema de similaridades e diferenças. O ‘outro’ deixou de ser um termo fixo no espaço e no tempo externo ao sistema de identificação e se tornou uma ‘exterioridade constitutiva’ simbolicamente marcada. (HALL, 2003:116).

Com o passar dos anos, os migrantes (ou ‘outros’) vão se tornando perigosos pela sua presença crescente, pela sua expressão quantitativa e pela ameaça de, qualitativamente, destruírem ou ameaçarem o padrão civilizacional desejado pelas elites de Jaraguá do Sul. Como inimigos na trincheira, começam a ser chamados indivíduos ou elementos – tal como os bandidos – em oposição aos homens de bem; se nomeados, o pronome vem seguido por um de tal; quando indicados, a frase é completada com um “só podia ser paranaense”.

A imagem do migrante como invasor demarca, através das identidades, os espaços de atuação. Por isso teme-se e odeia-se muito mais facilmente aqueles que, no fundo, não se conhece, embora se pense conhecer. A naturalidade, enquanto marca de

origem, torna-se condição de ilegitimidade para a efetiva atuação (e participação) no espaço. Assim, independentemente da forma de designação ('pé vermelho', paranaense<sup>3</sup> e serrano), a identidade regional é marcada socialmente pela oposição de classe: o critério classificatório de base regional encobre a linha de diferenciação de classes sociais. Este mecanismo reflete em nível de reconhecimento, a divisão social e seus conflitos, constantemente mascarados.

Assim, a utilização da etnia é usada para mostrar um povo diferente do resto do país, através do ideário da colonização. Esse modo 'diferente de ser brasileiro', afirma uma identidade que é buscada na ideologia étnica teuto-brasileira. Esta idealização do 'trabalho alemão' servia (e serve) para marcar uma diferença, considerada fundamental, entre os membros do grupo e os que não pertencem a ele. O movimento rítmico do cotidiano da cidade é o som do trabalho. O discurso da operosidade germânica, que representa o jaraguaense como um indivíduo trabalhador, perseverante, batalhador, porque descendente de colonos alemães, de um povo diferente, porque sempre foi movido pelo trabalho.

Porém, não há, nem nunca houve, bairros eminentemente alemães em Jaraguá do Sul. Pode-se dizer que o que sempre existiu foi um mosaico étnico e cultural, composto de negros, húngaros, italianos, poloneses e alemães; desde os tempos da Colônia Jaraguá (final do século XIX) esse espaço foi marcado por inscrições étnicas no espaço da pretensa cidade 'alemã'.

A identidade é produto de uma intenção, em que os objetos ou sujeitos – 'nós' e os 'outros' – se constituem enquanto se comunicam. Ou seja, se tomarmos o exemplo em questão, os migrantes são a antítese dos jaraguaenses. Em suma, a construção do 'nós' identitário pressupõe a existência do 'outro', que é a concretização da diferença, contraposto como alteridade à identidade que se anuncia. A visualização, identificação e avaliação classificatória do 'outro' acontece sob o signo da estrangeiridade, e é pelo

---

<sup>3</sup> A incorporação ao vocabulário da cidade oficial de termos como 'paranaense' e 'pé vermelho', onde o primeiro opera como designação genérica de todos os migrantes e o segundo como sinônimo de marginalidade e loteamento, além de expressão usada por muitos para diferenciar os trabalhadores que vêm do Paraná, expressa a interiorização de imagens pejorativas forjadas no âmbito das lutas entre diferentes sujeitos pela imposição de significados dominantes.

distanciamento<sup>4</sup> – contrastivo, antagônico ou de semelhança – que se pode construir uma noção de pertencimento social. (PESAVENTO, 1998:10-11).

A questão do ‘outro’ remete à problemática do ‘si mesmo’, na medida em que a cultura ocidental caminhou para a ideologia do indivíduo, internalizando as regras externas e vendo o ‘outro’ a partir de si mesmo. É possível pensar que o entendimento do processo da alteridade implica no reconhecimento do etnocentrismo como característica fundamental do processo sócio-histórico contemporâneo e da visão do particular a partir de um ponto de vista geral.

‘Forasteiro’ e ‘estrangeiro’, o migrante transita nessa linha tênue a que chamamos ‘fronteira’. Sua presença é motivo de confronto e tensão, entre outras razões, porque explicita a fragilidade de valores culturais que, supostamente, sustentam a comunidade e a constituem como tal. Em outros termos, a migração provoca uma ruptura em uma identidade que, fixa no tempo, oferece certo grau de estabilidade e coesão para uma história que deveria desenrolar-se com naturalidade. Contudo, há os migrantes que destoam nesse conjunto pretensamente hegemônico, harmônico e pacífico, onde os conflitos sociais são vistos como excepcionais – uma ‘onda’ –, como algo que não faz parte das tradições harmônicas da sociedade jaraguense. Até mesmo a palavra estrangeiro já havia sido incorporada à linguagem ‘oficial’, de modo que em março de 1981 líamos no Jornal Correio do Povo (28/03/1981:1), que “(...) uma população de jovens ‘estrangeiros’ e ‘elementos’ de outras cidades procuravam tirar carteira de trabalho em Jaraguá. (...) das 2.839 carteiras profissionais expedidas em 1980, cerca de 2.100 foram para ‘estrangeiros’”.

Da mesma forma, em janeiro de 1993 líamos no Jornal Jaraguá News (11/02/1993:4), que “(...) o funcionário da prefeitura que cuidava da expedição das carteiras profissionais (...) foi surpreendido com as longas filas que formaram-se às

---

<sup>4</sup> A divisão entre estes ‘mundos’ é tão intensa que chega a tomar contornos de fronteiras físicas, cujos territórios simbólicos de conduta moral expressam-se em espaços físicos. Existem fluxos e pontos perigosos, zonas de risco, dignas de vigilância e policiamento ostensivo, de políticas aplicadas e, logo, da atenção do público, haja vista que os migrantes são elementos de desestabilização da ordem social pretendida. O exemplo mais significativo são os ‘loteamentos de paranaenses’, dos ‘pés vermelhos’, entre os quais estão os loteamentos Ana Paula I, II, III e IV e o Santo Antônio (onde se localiza o Loteamento Souza).

portas do SINE durante vários dias. Foram mais de 700 pessoas, a maioria ‘jovens estrangeiros’ procedentes de outras cidades, que foram tirar Carteira Profissional (...)”.

Geralmente a sociedade anfitriã tem a tendência a englobar em uma situação comum, freqüentemente com base num traço pejorativo, os grupos recém-chegados que se percebem como culturalmente diversificados. (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998:144). A visão que ‘os daqui’ têm do ‘outro’ é que estes são naturalmente perigosos, não gostam de trabalhar, são pouco produtivos, analfabetos, pobres e moram longe. Contudo, o fato de serem coletivamente nomeados acabou por produzir uma solidariedade real entre as pessoas assim designadas, talvez porque, em decorrência desta denominação comum, eles fossem coletivamente os objetos de um tratamento específico, situação que leva à criação de uma identidade geral de migrantes a partir do sentimento de opressão compartilhada e da experiência comum nos loteamentos, na periferia, nos morros: a marginalização e o preconceito. Na verdade, Jaraguá do Sul é menos o Eldorado do que um campo de lutas sociais, de forma que os discursos expressam certo temor dessas classes potencial e naturalmente perigosas<sup>5</sup>.

Como os migrantes não são visíveis de uma mesma maneira, o seu grau de visibilidade está ligado a suas condições de vida e de trabalho, isto é, à precariedade de sua situação profissional. E mesmo que o migrante não seja responsável por esta situação, ela afeta sua imagem de toda maneira. A sua visibilidade tem implicações ainda mais complexas quando remetem à questão da criminalidade. Não se trata apenas daquilo que é diretamente observável pelas pessoas a partir do que a televisão e os jornais colocam em evidência. Dessa forma, a imagem dos migrantes veiculada pela mídia degradou-os sensivelmente: os migrantes são mais violentos e marginais que os da cidade de destino; eles têm uma predisposição quase genética para o crime. (PRENCIPE, 2002:38). Em nome disso, rapidamente se aponta os migrantes como os culpados pelos crimes e outros problemas urbanos. Dessa forma, alvo de ações policiais, nem sempre sustentadas pelas autoridades judiciais, eles são discriminados negativamente. A discriminação negativa marca o seu portador com um defeito quase

---

<sup>5</sup> “Esses do Paraná não importa onde eles estejam, tão sempre procurando briga. Tão sempre com faca ou revólver na cinta. Matar e morrer é a mesma coisa pra eles. Eles acham que podem fazer aqui o que faziam lá: resolver tudo na violência”. (Palavras de uma moradora do Centro em uma conversa com o autor sobre violência em Jaraguá do Sul em 14/08/2003).

indelével, o que significa estar associado a um destino embasado numa característica que não se escolhe, mas que foi inculcada por outra pessoa, causando uma espécie de estigma. A discriminação negativa é a instrumentalização da alteridade, sendo constituída como fator de exclusão (CASTEL, 2008:14), de onde nascem e se consolidam estigmas<sup>6</sup> e preconceitos<sup>7</sup>.

A difusão das imagens de Jaraguá do Sul como terra do emprego, de oportunidades, atraiu levadas de migrantes, mas ao mesmo tempo a existência de duas cidades (a real e a pretendida), da riqueza e miséria, significou o sucesso e a falência de um modelo de desenvolvimento, de um projeto tornado visível com a intensificação de suas contradições sociais através de seus lugares reais. A partir de determinado momento a migração tomou conta da propaganda, que passou a ser feita entre os próprios migrantes nas visitas de Páscoa e finais de ano, por telefone e cartas, numa grande difusão oral, informal e ‘arbitrária’ desse ideário. O sentimento de perda do controle sobre o fluxo migratório é visível no início dos anos 1990 e ele está nos discursos preocupados com os problemas urbanos, nos efeitos negativos da ‘invasão’ da cidade pelos migrantes, pobres, miseráveis, pedintes e no agravamento do déficit habitacional, que preocupava desde o começo de 1970. Inauguram-se, assim, o tempo das visões negativas sobre os migrantes<sup>8</sup>.

Mas essa mesma ‘onda’ de homens e mulheres atraídos pela promessa de emprego e bem viver engendrava sentimentos ambíguos, principalmente naqueles que

---

<sup>6</sup> “Um estigma é um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo. Atributos seriam meios de categorizar as pessoas, tanto negativa como afirmativamente, e estereótipo seria a identificação do indivíduo a um atributo. Assim, quando indivíduos se apresentam com atributos que os distingue os outros e que, através deles se tornam (ou são tornados) socialmente inferiores, são portadores de estigmas. São pessoas (ou grupos) vistos como inabilitados para a aceitação social plena” (GOFFMAN, 1988:13ss).

<sup>7</sup> “Com a migração veio o preconceito, e frases como ‘Volta pra tua terra, pé vermelho’ puderam ser lidas nas paredes dos banheiros de empresas (...). Ou, o que é pior, ‘em meio a tantas siglas como 5S, TQC e CCQ, ligadas à qualidade total, há uma estranha e preconceituosa: PEPR, isto é, Programa de Eliminação de Paranaenses’”. (NASCIMENTO, 1996:2 e 19).

<sup>8</sup> As empresas de Jaraguá do Sul, a partir do início dos anos 1990, com destaque para os setores do vestuário e metalúrgico, passaram por um processo de reestruturação produtiva. Esse processo, que envolve desconcentração industrial, automação e terceirização aumenta o nível de desemprego e o grau de informalidade da economia, ainda está em curso e tem conseqüências diretas na situação vivida pelos moradores dos morros, da periferia de modo geral no que diz respeito à moradia, saúde, alimentação, qualidade de vida, haja vista que este atual grau de desenvolvimento não precisa mais de tantos trabalhadores.

se referiam à cidade empregando antes um pronome possessivo: ‘nossa cidade’. Na imprensa, as análises cotidianas buscavam ponderar os aspectos positivos e negativos de um desenvolvimento demográfico que excedeu as previsões dos mais experimentados administradores. Multiplicam-se as manifestações contra o excessivo inchamento urbano, bem como contra as hordas que incomodam o olhar, clamando por soluções urgentes.

Ao analisar os discursos e as práticas urbanas que as camadas médias e a elite local fazem do espaço urbano, pretendemos chamar a atenção para uma visão de Jaraguá do Sul construída a partir de seu ‘centro’. Centro em termos espacial, que diz respeito à localização residencial e de atividades no interior e nos limites da área urbana, social, político e econômico. Centro pela polarização em torno de ruas ‘centrais’ e ‘centralizadoras’ que em suas representações resumem e englobam a cidade. Na mesma direção, há a idéia de perpetuar a mesmice cultural homogeneizante, isto é, promover uma jaraguaensização de tudo: trabalho, valores, cultura e hábitos.

Assim, no território da cidade vão se delineando fronteiras que marcam os espaços a serem ocupados pelos ‘daqui’ e pelos ‘de fora’, como que se aos negros, pobres e migrantes fosse permitido ocupar determinados espaços, isto é, deve-se ir ao centro para comprar, pagar, trabalhar, produzir, mas depois devem voltar para a periferia, para o morro, para ‘o seu lugar’. O centro passa a ser visto como sendo a ‘cidade’, acentuando o preconceito, a discriminação, a segregação e a recusa da alteridade, não havendo, por isso, uma relação dialógica com os ‘outros’.

Se a alteridade é também condição necessária para o desenvolvimento do ‘eu’ e a esfera pública é o lugar da alteridade, evidencia-se a imbricação da identidade, da produção simbólica do ‘outro’ no espaço público. O que é ‘público’, além disso, possui a máxima publicidade e pode ser visto e ouvido por todos; ademais, é comum a todos, ou seja, diferencia-se do privado. Estabelece, portanto, as fronteiras que podem ligar ou desunir as pessoas. (...) o espaço público é o espaço do enfrentamento – não só do ‘eu’ espelho narcísico, mas da confrontação – dos olhos do ‘outro’. Mas o ‘outro’, apesar de ser elemento indispensável à própria concepção do ‘eu’ (...) foi/é entendido como *desigual* e como o *diferente*, aquele que não é ‘eu’, que pode servir de espelho (por

semelhança ou por dessemelhança). Para se notar, é preciso estranhar, portanto o ‘outro’ é também o Estranho, o Estrangeiro. (VÉRAS, 2003:37-38 e 44, grifos no original).

As representações das elites sobre os espaços ocupados na cidade expressam bem a idéia que têm de todos aqueles que não têm condições de pagar pelo bem morar. Assim, a expressão loteamento só pode ser aplicada para os espaços periféricos, para os lugares onde moram os migrantes, para os espaços de exclusão, dos pobres, dos trabalhadores. Espaço este que deve ser escondido da cidade ideal, daquela produzida para consumo externo e baseada na limpeza, na organização, na existência de equipamentos urbanos; deve ser escondido pela distância, pelo que resta da vegetação dos morros. Os ‘outros’, ‘os de fora’ podem (aliás, devem) ir para longe do centro, para os morros, para a periferia; para lugares sem equipamentos públicos de água, esgoto, segurança, energia, transporte, coleta de lixo. Já que estão ‘invadindo’ um espaço, podem ser expurgados para as periferias, para os morros, para as áreas de riscos, sem equipamentos sociais indispensáveis. Assim, concepções de cidade, de pertencimento e de desenraizamento estão no centro das questões que vão nutrindo e acirrando os conflitos entre ‘os daqui’ e ‘os de fora’.

Mudando sensivelmente a fisionomia da cidade os migrantes acabaram por gerar conflitos, ao mesmo tempo em que a cidade alemã se perdeu no meio dos “outros”, que passam a se confrontar com um projeto de cidade. Sendo cada vez mais difícil ignorar a presença de pessoas que não paravam de chegar, era preciso lidar com esse personagem que, embora necessário à continuidade do progresso e do desenvolvimento, era avesso e estranho aos seus costumes e ao seu cotidiano. (GRUNER, 2003:142).

Os conflitos entre ‘os daqui’ e ‘os de fora’ eram latentes e ganhavam amplitude através de programas de rádio e matérias em jornais, onde os migrantes apareciam como marginais, ladrões e bandidos; como aqueles que degradam o meio ambiente, habitam os morros e moram longe. ‘Nós’ e os ‘outros’ criam uma imagem de oposição entre dois territórios mutuamente excludentes, embora, em princípio, ambos façam parte e constituam aquilo que denominamos a cidade de Jaraguá do Sul, onde a fronteira física pretende delimitar formas diferentes de comportamentos espacial e social. Dessa maneira, a exclusão social deixar de ser apenas um estatuto abstrato para ganhar a forma

de um território, muito embora as dificuldades e desigualdades não desaparecem simplesmente porque procuramos evitá-las.

As pessoas, grupos, classes e instituições *transitam* entre territorialidades como trânsito entre *sentidos* de viver, muitas vezes opostos e em contradição (...). Esse trânsito é, quase sempre, carregado de disputas, tensões, conflitos, mediações e negociações, geralmente exacerbadas em situação ou condição de migração. Por isso, ela é uma situação/condição de ‘mal-estar’ porque, em movimentos de internalização/externalização, os sujeitos marcam e são marcados por processos de identificação/diferenciação quase que permanentes. (GOETTERT, 2010:28).

Concomitantemente, esta condição foi se definindo como espaço marginal, onde o lugar e a condição se mesclaram, passando a constituir uma só zona de opacidade no tecido social. Em outras palavras, se o lugar é marginal, posto que periférico, irregular ou clandestino, quem mora nele também é marginal. Ademais, a situação de irregularidade e clandestinidade serve para que o governo não faça os serviços necessários (ou o faça muito lentamente) em nome dessa ilegalidade, ou seja, se é irregular, clandestino, obviamente que não estão dentro dos padrões burocráticos estabelecidos pela Prefeitura e, portanto, não estão em condições de receberem esses serviços. Ademais, este padrão de segregação identifica os trabalhadores, os migrantes, os negros, os periféricos, por exemplo, com os males sociais a serem combatidos. Então, viver em um lugar se revela enquanto constituição de uma multiplicidade de relações sociais como prática espacial que está na base do processo de constituição da identidade com o lugar e com o outro e que foge à racionalidade homogeneizante hegemônica. (CARLOS, 2002:182).

Os espaços onde moram os excluídos são territórios condenados, malditos, desprezados, são eles os tais *maus lugares* da cidade, sobre os quais converge um tipo de representação construída e dada a ver pelo olhar cidadão que preside a ocupação formal do território. De fato, quanto mais nos afastamos do centro, mais evidentes se tomam os sinais da pobreza, expressas nos tipos de construção, na falta de arborização das ruas, na ocupação desordenada do espaço, onde se misturam residências, indústrias, oficinas, pequeno comércio. Os equipamentos públicos são geralmente escassos e os transportes coletivos mal conservados. Nas áreas de loteamentos recentes, as ruas sem

pavimentação, molhadas pelas águas servidas de residências inacabadas, tem na maioria das vezes, um aspecto desolador.

Com relação a identidade e diferença ocorre um cruzamento ainda mais íntimo, pois não há como ‘identificar-se’ algo sem que sua ‘diferenciação’ (em relação ao ‘outro’) seja construída, a ponto de ‘diferenciar-se’ e ‘identificar-se’ tornarem-se completamente indissociáveis, o que demonstra o caráter permanentemente relacional da construção identitária, sempre produzida na relação com aquele que é estabelecido como o seu ‘outro’. (HAESBAERT, 2007:36).

Assim, é interessante lembrar que ‘território’ já desde a sua origem etimológica, no latim do Império Romano, carrega essa ambivalência entre o material e o simbólico, tanto através da raiz *terra-territorium* (domínio territorial concreto) quanto de *térreo-terrere* (amedrontar), como a inspiração do temor pelo território como área cujo acesso é privilégio de uns poucos. (...) assim, *territo* estaria ligado à etimologia popular que mescla ‘terra’ e ‘térreo’, domínio da terra e terror, como se as delimitações da terra, os cercamentos, ao excluírem tantas pessoas, inspirassem nelas o medo (e, por outro lado, forjassem uma identidade para aqueles que usufruem diretamente do território). (HAESBAERT, 2007:38), o que leva à criação de uma **migraçãofobia** e de um **loteamentofobia**, pois a primeira traz para a cidade os ‘outros’ e o segundo é marcado como o seu lugar na cidade.

A angústia social, produto das transformações no mundo do trabalho, da vivência cada vez mais habitual com o desemprego, com diminuição dos salários e com o aumento da criminalidade, deve ser imputada à alguém. É a instabilidade da vida cotidiana que se traduz em um profundo sentimento de temor que se projeta sobre os migrantes, os negros, os pobres, que simbolizam o medo da decadência social. Dessa forma, aqueles que chegam depois que o progresso e o desenvolvimento<sup>9</sup> foram

---

<sup>9</sup> “Uma noção que visa escamotear a história sob a aparência de assumi-la é a noção de *desenvolvimento*. Nesta, pressupõe-se um ponto fixo, idêntico e perfeito, que é o ponto terminal de alguma realidade e ao qual ela deverá chegar *normativamente*. O progresso, colocando a larva, e o desenvolvimento, colocando a ‘boa forma’ final, retiram da história aquilo que a constitui como história, isto é, o *inédito* e a *criação* necessária de seu próprio tempo. Colocando algo *antes* do progresso (o germe) ou *depois* do processo (o desenvolvimento), a ideologia tem sérios compromissos com os autoritarismos, uma vez que a história de uma sociedade passa a ser regida por algo que ela *deve realizar* a qualquer preço”. (CHAUI, 1997:29-30).

construídos são os mais aptos a receberem essa pecha, afirmando a visão negativa sobre os migrantes, que mais parecem uma horda de bárbaros tomando de assalto a cultura e a civilização da cidade alemã.

Para Gupta e Ferguson (2000:40) os termos de oposição (‘aqui’ e ‘lá’, ‘nós’ e ‘eles’, ‘nossa sociedade’) são considerados como dados: o problema é usar o encontro com ‘eles’ para construir uma crítica da ‘nossa sociedade’. A cidade está carregada de ‘nós’ e de ‘outros’, de ‘centro’ e de ‘periferias’, e por mais que se queira negar, o ‘outro’ está perto, pois a relação se dá, inevitavelmente, com aqueles que não queremos perto de nós, dentro de ‘nossas’ fronteiras<sup>10</sup>. O ‘outro’ está perto e não precisa ser exótico ou longínquo para ser ‘outro’ e uma vez excluído daquele domínio privilegiado de ‘nossa própria sociedade’, o ‘outro’ é colocado num quadro diferente de análise.

Desta maneira a avaliação positiva dos migrantes – quando suprem a necessidade de mão-de-obra – passa a ser negativa, ou seja, cria-se uma imagem que os joga contra a sociedade como um todo, sendo que uma das mais fortes, pelo menos em relação a Jaraguá do Sul, é a de que o ‘outro’ veio roubar o emprego dos jaraguenses e, ocupando a periferia, trouxe a marginalidade e a criminalidade para uma cidade que não a conhecia. É neste jogo de tensões e competição pelos mesmos recursos num mesmo mercado de trabalho, moradia e educação, que se estabelece o conflito.

Para Martins (1988:5-6), por causa de grupos urbanos, particularmente a classe média, assustada com o crescimento da população pobre nas cidades, a mendicância, a delinqüência e outros problemas daí decorrentes, a migração rural-urbana passou por uma avaliação moral e ganhou conotação negativa. Assim, a consciência social que temos das migrações, ainda hoje, é consciência herdada de um ponto de vista que não é o dos trabalhadores e migrantes, e sim o das classes dominantes de certa época.

---

<sup>10</sup> “(...) as identidades sociais são associadas a grupos que ocupam um espaço – um país, uma cidade ou um bairro – e nele projetavam valores, memórias e tradições. A preocupação em demarcar fronteiras era fundamental nesse processo. O que vinha de fora era geralmente visto como impuro e, portanto, perigoso. Em tudo isso estava presente a idéia de que uma cultura sempre pode ser delimitada e que é definida pelas suas fronteiras. Ou seja, tradicionalmente, definir uma cultura seria um exercício de afirmar quais eram seus limites e o que caberia e o que não caberia nela. Para tanto, era fundamental delimitar o território em que habitavam os portadores dessa cultura, estabelecer sua língua, seus símbolos, seus costumes”. (OLIVEN, 2009:73).

O principal problema, no entanto, é que a migração é uma via de mão dupla. Se, num primeiro momento, ela é uma alternativa necessária (para suprir o déficit de mão-de-obra), o aumento da periferia traz conseqüências que escapam ao desejado controle. Do ponto de vista das elites, a pobreza que habita os loteamentos traz a insegurança, a violência e o medo. Assim, o grupo estabelecido se vê ameaçado pelas pessoas vindas de fora dele, de ‘suas’ fronteiras, e essas fronteiras, ainda que fluidas, são territórios de conflito, reivindicação e reprodução da ideologia central da diferenciação. (GOMES, 2002:63). Sobre elas há um processo constante de construção de personagens, com estereotipia fixada por imagens e palavras que lhes dão sentido preciso, onde os chamados *indesejáveis*, *perigosos*, *turbulentos*, *marginais* podem ser rechaçados e combatidos como o inimigo interno, ou pelo contrário, podem se tornar invisíveis socialmente, uma vez que sobre ele se silencia e nega a presença. Esses excluídos, não-cidadãos, formam os *selvagens*, ou *bárbaros de dentro*. Eles se opõem à cidade que se quer e que deve se aproximar, em maior ou menor grau, da matriz civilizatória desejada. (PESAVENTO, 1998:12-13).

No caso da territorialidade burguesa, a distribuição espacial da população obedece às leis do mercado imobiliário e é efeito de decisões de governo e de políticas públicas, sendo as áreas residenciais sujeitas à discriminação e à segregação socioeconômica, eventualmente étnicas, demonstrando que relações de força são associadas às relações de poder de compra/locação. Trata-se de uma privatização do espaço produzido coletivamente por estratos sociais ou etnias, ou de uma dada interpenetração delas: há uma combinação dos efeitos segregadores do mercado e de discriminação étnico-cultural, formando, pois, uma territorialidade marcada pelo *apartheid* social. (VÉRAS, 2003:25). A desigualdade no território urbano também se expressa, além das condições de moradia e nível de vida da sua população residente, com consequentes perfis culturais e ocupacionais, na existência de áreas desprovidas de equipamentos, despojadas de serviços essenciais à vida individual e social, sem ‘cidadãos’.

Além disso, a cidade capitalista industrial acaba por dissimular a desigualdade, tentando isolar suas partes malditas, vergonhosas, afastando moradias populares para longe, evitando até caminhos em sua direção ou maquilando-os.

Encontramos essa um exemplo dessa situação em Jaraguá do Sul no final de 1997 e início de 1998, quando a vereadora Maria Elisabet Mattedi (Partido da Frente Liberal), começou a discutir a possibilidade do melhor aproveitamento turístico dos Picos de Jaraguá do Sul<sup>11</sup>. Observamos que para se chegar a eles deve-se, necessariamente, passar pelo Morro da Boa Vista, área ocupada por negros e migrantes. Porém um problema se colocava: o que fazer com as moradias ilegais existentes ao longo da estrada? Para os que discutiam o projeto, diante da impossibilidade de transferir a população, o Morro das Antenas “deve ser maquiado para o desenvolvimento do projeto turístico e que esbarra no problema dos loteamentos clandestinos<sup>12</sup>, pois a população tomou conta do Morro das Antenas, construindo casas em lugares de difícil acesso e nenhuma infra-estrutura, comprometendo o visual”. (Jornal Correio do Povo, Jaraguá do Sul, 11/06/1999:12). O então Secretário de Desenvolvimento Econômico, Waldir Watzko, ia mais longe em sua discriminação e preconceito. Diante da impossibilidade de retirar os moradores do local a “a solução para desenvolver o projeto turístico no local seja melhorar o visual, colocando cobertura vegetal, contando, para isso, com a ajuda dos moradores. É a chamada maquiagem que as grandes cidades fazem nos locais que não interessa mostrar”. (Jornal Correio do Povo, Jaraguá do Sul, 11/06/1999:12). Em outras palavras, pretendia-se esconder os moradores do morro no morro e para isso eles ajudariam.

Assim, a formulação identitária guarda as distâncias entre a representação e a realidade vivida. Por exemplo. Uma Jaraguá do Sul que se quer branca, ordeira, pacífica, alemã e progressista encontra no ‘outro’ sua negação. Na contraposição do ‘nós’ com os ‘outros’, a segregação se apresenta como uma negação perversa da alteridade, posto que separa, recorta, recusa e rejeita indivíduos e grupos, se expressando por palavras, imagens e práticas sociais. Nesse sentido, a europeização<sup>13</sup> da

---

<sup>11</sup> “O projeto, denominado 3P, numa alusão aos três picos, é ambicioso e inclui a construção de teleférico, a instalação de restaurantes e lanchonetes, áreas de lazer, além de melhorias na estrada de acesso aos morros das Antenas, Boa Vista e Pico de Jaraguá. O projeto, ainda sem orçamento, deverá envolver a iniciativa privada e Poder Público num programa pioneiro na região”. (Correio do Povo, Jaraguá do Sul, 10/04/1998, p. 4).

<sup>12</sup> Na época existiam mais de 150 loteamentos irregulares (ou clandestinos, conforme a matéria) com população em condições semelhantes a do Morro da Boa Vista e a Prefeitura havia elaborado 54 projetos para a regularização dos terrenos, que estavam à espera da análise das condições ambientais pelos órgãos competentes.

<sup>13</sup> Prova disso foi o projeto do então Prefeito Durval Vasel (1993/1996) de erguer edificações em estilo

cidade é uma identidade regional forjada, um projeto de germanização construído a partir da afirmação de determinadas etnias e da exclusão de outras, notadamente para consumo externo.

Essas são questões abertas às tensões e diversidades, mas que estão diluídas em meio ao caráter ampliado e conciliatório da cidade oficial, reforçando imagens produzidas pelos empresários, encampadas pelo poder público, veiculadas pelos jornais e assimiladas de forma acrítica pela população, de modo que se consiga a produção de consensos. (LAVERDI, 2002:22). Onde estão os “outros” neste olhar? Numa acepção mais simbólica, negros, migrantes, moradores de morros, continuam sendo, mesmo que longe dos olhos, o que sempre foram: párias em uma sociedade edificada sobre o trabalho.

De acordo com Hall (2003:17), o preconceito, a injustiça, a discriminação e a violência em relação ao ‘outro’, baseada na diferença cultural, passaram a ocupar o lugar do antigo impulso racial, ao mesmo tempo em que há a construção de muralhas defensivas de todos os tipos, tamanhos e formas, para que a cidade oficial possa apegar-se a modelos fechados, unitários e homogêneos de ‘pertencimento’, onde não se abarca os processos mais amplos, o jogo da diferença e da semelhança. A naturalização do termo descritivo paranaense, por exemplo, para todo aquele que vem de fora, para todos os ‘outros’, opera sua própria forma de silêncio na diferenciação que prolifera<sup>14</sup>. São idéias e práticas sociais fixadas numa condição petrificada que não permite o diferente, o outro, ao que ele tenta conformá-los aos seus propósitos.

Como temos visto, ser migrante tem uma conotação negativa na maior parte do tempo. Geralmente o migrante é responsabilizado pelos problemas da cidade, como o desemprego, a diminuição dos salários, a marginalidade e a ocupação irregular dos

---

alemão na estrada que liga a cidade a Pomerode, e em estilo italiano na que a liga a Corupá. “A proximidade da inauguração do Centro Cultural de Jaraguá do Sul nos faz repensar a diversidade cultural da comunidade, decorrente da miscigenação étnica, reavaliando, valorizando e preservando o nosso patrimônio artístico, natural, cultural e histórico”. (VASEL e GUENTHER, 1996). Notemos que a diversidade cultural de que fala o prefeito se restringe aos alemães e italianos. Outras etnias não são sequer lembradas.

<sup>14</sup> Ser alemão e jaraguense é estar em confronto com o ‘outro’, onde os efeitos de naturalização são tomados como fatos fixos e as diferenças genéticas são materializadas e podem ser lidas nos significantes corporais visíveis e facilmente reconhecíveis, como a cor da pele, as feições do rosto, os gestos, o andar, o vocabulário. Naturaliza-se, inclusive, a violência, imputando-lhe a característica de marginal natural (‘está no sangue’, ‘tem que ser paranaense’).

terrenos. Isso pode ser observado em atitudes como as que tentam impedir as pessoas de irem e virem, de proibir a permanência de migrantes no município, fazendo, por exemplo, controle no próprio terminal rodoviário ou pagando passagens para que muitos deles voltassem (ou fossem para qualquer lugar<sup>15</sup>) para os locais de origem, ferindo o direito constitucional de ir e vir, constituindo as cidades proibidas e a segregação ativa. (VAINER, 1995).

Assim, assiste-se à multiplicação de políticas sociais que pretendem gerenciar os excedentes populacionais estruturais, quase sempre em âmbito localizado e através de ações dispersas. Esse processo é constituído pela generalização das ações surgidas em uma infinidade de municípios que têm formulado e aplicado políticas ativas de fechamento do território urbano a migrantes, mesmo que veladas, como era o caso de Jaraguá do Sul.

Embora continuassem as habituais argumentações quanto aos efeitos das migrações tanto nos locais de destino, como na origem e nas rotas principais, essas colocações, na maior parte das vezes apontando malefícios causados pelo afluxo de migrantes, vêm agora reforçadas pelas agravantes da crise. Se enfatizando principalmente a pressão exercida pelos novos contingentes de população sobre a infraestrutura de serviços e equipamentos e sobre o mercado de trabalho nos locais de destino, que já vem enfrentando as dificuldades advindas da desaceleração da economia. (MARTINE, NEIVA e MACEDO, 1984:1475).

Se nos anos 1980 a palavra para caracterizar o processo migratório para Jaraguá do Sul era *onda*, nos anos 1990 ela é *desenfreada*, haja vista que a migração passou “a ser um dos problemas enfrentados pelo poder público da cidade, que poderá vir a conviver com a favelização, aumento da criminalidade e da fome”. (Jornal Correio do Povo, Jaraguá do Sul, 20/03/1993:1). A ela, foi acrescentada a expressão ‘o sonho virou pesadelo’, pois os problemas verificados eram os mesmos vistos em outros pólos industriais do Brasil e do Estado, como são os casos de São Paulo e Joinville: “(...) passamos a conviver com a favelização, aumento da criminalidade, escolas sem vagas,

---

<sup>15</sup> Entre janeiro e junho de 1996 a Secretaria de Habitação de Jaraguá do Sul forneceu 220 passagens, principalmente para o Oeste de Santa Catarina e para o Paraná. (Jornal Jaraguá News, Jaraguá do Sul, 11/07/1996:5). Essa prática já era adotada pela Prefeitura desde o final dos anos 1980.

hospitais superlotados etc., contribuindo para a queda de qualidade dos serviços prestados à comunidade”. (Jornal Correio do Povo, Jaraguá do Sul, 20/03/1993:16).

Se as palavras para caracterizar o movimento migratório agora eram desenfreada e desordenada, em substituição a uma onda que não passou, o que permaneceu foi a idéia da cidade proibida e da segregação ativa, pois “a forma desordenada como são invadidas as duas principais cidades da microrregião é preocupante, havendo a necessidade de ser reverter o quadro e conter a migração. (...) há a necessidade de preservar a qualidade de vida, construída com muitos sacrifícios, mas que vem caindo assustadoramente”. (Jornal do Vale, Guaramirim, 06/04/1990:11).

Para resolver o problema, o Jornal do Vale sugeria que as prefeituras, através da assistência social deveriam, de forma urgente, criar mecanismos que inibissem a vinda desses migrantes, instituindo, por exemplo, um posto do migrante, que oferecesse recursos para o retorno as cidades de origem e aconselhando-os a divulgarem que, a exemplo de outras cidades, como Guaramirim e Jaraguá do Sul, possuem dificuldades enormes na área habitacional e carência de vagas nas escolas, entre outras. E antes que alguém pudesse questionar a idéia, o jornal foi avisando que “não se tratava de atitude radical e anti-cristã. Mas é uma forma de preservarmos a nossa própria qualidade de vida”.

Como vimos, a presença dos “outros” compõem imagens que oscilam entre atitudes de aceitação e rejeição. A segregação implica a negação do acesso ao reconhecimento social e à participação na produção da riqueza, ao que acrescentaríamos o exercício da cidadania política junto ao Estado. (PESAVENTO, 1998:19). Esta gente é constituída, sobretudo, por pobres, colocados a margem da ordem formalmente estabelecida e do mundo oficial do poder, rejeitados ou ignorados pelo processo identitário; eles são a alteridade incômoda, o reverso da medalha da identidade nacional ou cidadã, do mundo dos humildes e da pobreza, cuja simples existência é denunciadora da desigualdade social, do preconceito e do que se convencionou chamar de problema a ser combatido. Este ‘outro’ é negado como agente da história e varrido do espaço urbano que se pretende ordenar e civilizar. Em suma, são os produtos indesejáveis do progresso.

## Referências bibliográficas.

BRESCIANI, Maria Stella. **A cidade das multidões, a cidade aterrorizada**. In: PECHAMAN, Robert Moses. (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O consumo do espaço**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2002.

CASTEL, Robert. **A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?** Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 7ª. ed., 1997.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GOETTERT, Jones Dari. **Paradoxos do lugar mundo: brasileiros e identidades**. In: SPOSITO, Eliseu, BOMTEMPO, Denise e SOUZA, Adriano. *Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial**. In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério. (Orgs.). *Identidade e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007.

GOFFMAN, Erving. *Estigmas: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 4ª. ed., 1988.

GOMES, Paulo César. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GRUNER, Clóvis. **Leituras matutinas: utopias e heterotopias da modernidade na imprensa joinvilense (1951-1980)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. **Mais além da “cultura”: espaço identidade e política da diferença**. In: ARANTES, Antônio. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LAVERDI, Robson. O passado colonial e a produção de “outros”: notas sobre a historiografia do Extremo-Oeste paranaense. *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, nº. 1, vol. IV, 2002.

MARTINE, George, NEIVA, Ivany e MACEDO, Marle. Migração, crise e outras agruras. *IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*, São Paulo, vol. III, 1984.

MARTINS, José de Souza. Migrações temporárias: problema para quem? *Revista Travessia*, São Paulo, nº. 1, maio/ago./1988.

NASCIMENTO, Jociane Maria do. *“Tem que ser paranaense”: migração e preconceito*. Projeto experimental – Grande Reportagem Impressa. Departamento de Comunicação, Curso de Jornalismo da Univali, Itajaí, mimeo, nov./1996.

OLIVEN, Ruben George. **Cidades, territórios e identidades**. In: CARNEIRO, Sandra de Sá e SANT'ANNA, Maria Josefina. (Orgs.). *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O outro no tempo. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, nº. 1, jun./1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1998.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL. *Plano estratégico municipal de assentamentos subnormais – Habitar Brasil-BID*. Jaraguá do Sul, nov./2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL. *Regularização de parcelamentos do solo para fins urbanos (Lei, nº. 2.559/99)*. Jaraguá do Sul, 1999.

PRENCIPE, Lorenzo. Mídia e migração: uma relação difícil. *Revista Travessia*, São Paulo, nº. 43, maio./ago./2002.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e consumo no e do espaço: problemática ambiental urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998.

TEDESCO, João Carlos e DALSO, Adelar. **Relações de trabalho informais no conjunto das estratégias de sobrevivência no periferia urbana de Passo Fundo**. In: TEDESCO, João Carlos et all (Orgs.). *Urbanização, exclusão e resistência: estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

VAINER, Carlos. **Regionalismos: anacronismo ou pós-modernidade?** In: GONÇALVES, Maria Flora (Org<sup>a</sup>). *O novo Brasil: impasses, dilemas, perspectivas*. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1995.

VASEL, Durval e GUENTHER, Alfredo. *1993-1996: quatro anos trabalhando por melhor qualidade de vida*. Disponível em < <http://www.jaraguadosul.com.br/1993-1996> > Acesso em 09 mar. 2004.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **DiverCidade: territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo**. São Paulo: EDUC, 2003.

WACQUANT, Loic. *Os párias das cidades*. Entrevista concedida a Flávia Costa e publicada no jornal Le Monde Diplomatique. Disponível em <[www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br)> Acesso em 10 abr. 2002.